



3 DÉCADAS DE FEMINISMO

*Manuela Tavares*¹

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta² é uma associação de mulheres constituída em 12 de Setembro de 1976. Como Organização Não Governamental está representada no Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres) desde 1977. Nasceu da participação activa das mulheres com o 25 de Abril de 1974 e da necessidade sentida, por muitas delas, de criarem uma associação que lutasse pelos seus direitos, naquele novo contexto político.

A UMAR é hoje uma associação que se reclama de um feminismo comprometido socialmente empenhada em despertar a consciência feminista na sociedade portuguesa.

De um percurso de quase 30 anos, a UMAR conseguiu unir várias gerações de mulheres, abrir espaços de intervenção para as mais jovens e actualizar a sua intervenção com uma Agenda Feminista de novas e “velhas” causas, como seja o direito à contracepção e ao aborto, a luta contra a violência doméstica, a Paridade nos órgãos de decisão política

¹ Foi sócia fundadora da UMAR e Presidente da Associação entre 1989 e 1995.

² A UMAR inicialmente designava-se por União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias. Em 1989, em Encontro Nacional, passou a designar-se por Movimento pela Emancipação Social das Mulheres. A mais recente alteração de estatutos realizada na segunda metade da década de 90 consignou a mudança de nome para União de Mulheres Alternativa e Resposta.

ou o envolvimento internacional em iniciativas como a da Marcha Mundial de Mulheres.

Cinco grandes fases percorrem a vida da Associação. Elas não foram planeadas como orientação política. Surgiram da vida, das lutas das mulheres e entrelaçam-se com a própria história dos feminismos em Portugal.

1.ª Fase – As movimentações gerais – por creches, casas, emprego, educação, pela qualidade de vida (1976/77)

“As centenas de mulheres que em 12 de Setembro de 1976 formaram a UMAR vieram das movimentações do 25 de Abril: das lutas nos bairros pelo direito a uma casa, por creches; das lutas nas empresas pelo direito ao emprego e a salário igual; das noites à volta de uma mesa a aprender as primeiras letras, das idas à Junta e à Câmara a exigir a água, a luz, a estrada”³.

Nesta primeira fase, a UMAR envolveu-se na luta mais geral que estava colocada na sociedade portuguesa do pós 25 de Abril. Foi a época:

- dos cursos de alfabetização para mulheres em muitos bairros;
- da solidariedade com trabalhadoras de empresas como a Maconde (Braga), a Standard (Lisboa), a Confélis (Almada), a Kallen (Alenquer) e com as operárias conserveiras do Algarve e de Peniche;
- da Carta Aberta ao primeiro ministro Mário Soares protestando contra o aumento do custo de vida;
- da luta contra o aumento dos contadores da água na Baixa da Banheira que trouxe centenas de mulheres a manifestarem-se nas ruas;
- da formação de Comissões de Mulheres desempregadas no Alentejo (Alcácer do Sal, Moura, Portel, Safara);
- das lutas nos bairros por casas dignas para viver e por creches.

Em todas estas movimentações a UMAR sedimentou laços com os sectores mais desfavorecidos de mulheres, constituindo esta fase uma matriz histórica, que ainda hoje se faz sentir na associação, pelo seu trabalho em projectos de intervenção social e de formação social e profissional de mulheres em bairros como o das Laranjeiras em Lisboa, na área do Plano Integrado de Almada no Monte da Caparica ou ainda junto das mulheres desempregadas no Seixal, como exemplos.

³ UMAR – 4.º Encontro Nacional, documento de balanço, Lisboa, 1989.

De destacar, ainda, neste período o apoio ao abaixo-assinado contra o encerramento da revista *Mulher, Modas e Bordados*.

2.ª Fase – “O pessoal é político” – o direito à contraceção e ao aborto (1978/84)

Já em 1977, a UMAR tinha tomado posição pública sobre o direito ao aborto⁴ e participado na recolha de 5 mil assinaturas entregues no dia 8 de Março na Assembleia da República, exigindo a legalização do aborto.

Esta fase da vida da associação tem como centro a luta pela contraceção e aborto, mas não deixa de ter outros enfoques, como foi o caso da manifestação contra o tráfico de mulheres realizada no Porto a 28 de Janeiro de 1978, exemplo único no país até à actualidade.

Destacam-se como principais iniciativas:

- solidariedade com Maria Antónia Palla e Conceição Massano;
- edição do folheto: “Aborto, as mulheres acusam”;
- manifestação contra o tráfico de mulheres no Porto;
- solidariedade com as trabalhadoras do Aviário do Freixial, com as bordadeiras da Madeira e com as operárias da Plessey;
- denúncia de assédio sexual de um fiscal da Lisnave em relação às mulheres da limpeza;
- integração da UMAR na CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção;
- festa da Revista *Mulher d’Abril*; 3.º Encontro Nacional;
- exigência da reabertura da maternidade de V. Real de Sto António;
- solidariedade com as mulheres dos mineiros da Panasqueira;
- abaixo-assinado contra o concurso Miss Madeira;
- inquérito às relações familiares através da revista *Mulher d’Abril*;
- manifesto entregue no dia 8 de Março de 1981, no Parlamento, exigindo, entre outras reivindicações, o direito à contraceção e aborto; sessão cultural no teatro Vasco Santana;
- formação do grupo de apoio à CNAC em Almada;
- acções em defesa dos direitos das mulheres consignados na Constituição e no Código Civil;
- edição do folheto: “Contraceção para não abortar, legalização do aborto para não morrer”;
- recolha de assinaturas para o abaixo-assinado “Nós abortámos”;

⁴ “Organização feminina contra disposição do decreto anti-aborto” in *Jornal de Notícias*, 1 de Abril de 1977.

- participação na semana da CNAC pela legalização do aborto e na concentração em S. Bento;
- participação na acção da CNAC de exibição de camisolas dentro da Assembleia da República com a frase: “Nós abortámos”;
- tentativa de abertura de uma faixa da UMAR, dentro da Assembleia, quando da aprovação da lei do PS, em 1984, a dizer: “Lei do PS mantém aborto clandestino”;

3.ª Fase – A afirmação institucional – a acção comum no Conselho Consultivo da CIDM e na Coordenadora Nacional de Mulheres (1985/1990)

Apesar da UMAR pertencer ao Conselho Consultivo da CIDM desde 1977, é nesta fase que mais se empenha num trabalho de acção comum com as Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos das mulheres, não só na CIDM como na Coordenadora Nacional de Mulheres⁵, estrutura formada em 1987 com ligação à Coordenadora Europeia de Mulheres que veio a perder papel com a formação do Lobby Europeu de Mulheres, em Setembro de 1990.

A UMAR participa, neste período, nas iniciativas comuns das ONGs, nomeadamente nos seguintes seminários:

- avaliação dos resultados da década da mulher;
- violência contra as mulheres, iniciativa da Coordenadora Europeia de Mulheres em Lisboa;
- as mulheres e o emprego em Portugal;
- o direito comunitário e a igualdade entre mulheres e homens;
- mulheres e pobreza, promovido pela Coordenadora Nacional de Mulheres;
- assédio sexual nos locais de trabalho;

A UMAR subscreve, em Abril de 1987, com outras associações de mulheres, o Manifesto Eleitoral: *O voto das mulheres deve dar lugar à voz das mulheres*. Funda, com outras associações, a Coordenadora Nacional de Mulheres. Protesta também, com outras ONGs, contra a extinção da Comissão Parlamentar da Condição Feminina. Colabora na elaboração do projecto de lei sobre as Associações de Mulheres debatido na Assembleia da República a 8 de Março de 1988.

Como iniciativas próprias destacam-se:

⁵ A Coordenadora Nacional de Mulheres era formada pelas seguintes associações: Associação de Mulheres Socialistas, Cooperativa Editorial de Mulheres/IDM, Grupo de Mulheres de Lourosa, Grupo “Ser Mulher”, Liga dos Direitos das Mulheres, MDM e UMAR.

- solidariedade com as trabalhadoras da Standard;
- apoio à formação de comissões de mulheres dos trabalhadores com salários em atraso;
- denúncia da posição dos bispos contra o planeamento familiar;
- folheto de apoio à candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República;
- posição pública da UMAR contra o projecto de lei de revisão constitucional do CDS, que colocava o aborto como crime, na Constituição;
- denúncia do controlo das idas à casa de banho das operárias da Conféllis;
- inquérito a 2000 mulheres da cidade de Lisboa sobre: "Emprego de mulheres e infraestruturas de apoio às crianças";
- realização dos seguintes debates: "A Mulher e a Saúde"; "Droga, que atitude?"; "Mulher, mãe, cidadã e infraestruturas de apoio às crianças".

4.ª Fase – Pela afirmação social, profissional e política das mulheres – a época do *empowerment*⁶ (1991/1996)

Nesta fase, deste longo ciclo de vida da UMAR, a associação vira-se para projectos que conduzam à afirmação profissional, social e política das mulheres.

É o caso dos projectos:

- "Mulher anos 90, construir uma profissão" com formação profissional para 36 mulheres desempregadas do concelho do Seixal. Edição de livro sobre o curso⁷.
- "Ginforme" – Gabinetes de atendimento às mulheres na área do emprego em várias regiões: Porto, Ovar, Lisboa, Évora, Madeira e Açores. Edição de livro⁸.
- Curso de Dinamizadoras Sócio-Culturais em Ponta Delgada.
- Curso de Formação para mulheres em horário pós-laboral em parceria com o Sindicato dos Bordados da Madeira.
- Inquérito às mulheres desempregadas em várias regiões do país. Estudo sobre emprego das mulheres e infraestruturas de apoio no concelho de Almada.

⁶ As mulheres ganham consciência das suas capacidades e poderes.

⁷ "Mulher anos 90 – construir uma profissão", UMAR, Lisboa, 1993.

⁸ "Novas Oportunidades para as mulheres", UMAR, Lisboa, 1995.

É ainda nesta fase que começam a surgir projectos de intervenção junto das mulheres de bairros sociais. É o caso do Projecto Trevo – formação de Auxiliares de Geriatria no Bairro das Laranjeiras em colaboração com o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.

A UMAR⁹ desenvolve, ainda, neste período, no âmbito do projecto “Mais”, inserido na iniciativa comunitária NOW¹⁰, uma Rede de Mulheres no Desenvolvimento Local, organiza três encontros de mulheres sobre este tema e edita vários boletins: *A Teia*. Deste trabalho surge o Livro: *Entrelaços – Histórias de vida de mulheres*¹¹. São ainda realizados seminários sobre “Mulheres e Desenvolvimento local” em várias regiões do país. Deste trabalho surge a ligação à MANIFESTA – encontro de organizações e iniciativas de desenvolvimento local, com mostra de actividades, debates temáticos e acções culturais¹².

Todavia, a actividade da UMAR não se limita ao “empowerment” social e profissional das mulheres. O abrir de novos espaços de poder às mulheres passa também pela área da decisão política. É então desenvolvido o projecto:

- “Mais mulheres na decisão política”, subsidiado pelo 3.º Programa de Acção para a Igualdade da Comissão Europeia. Foi feito um spot para a televisão, editado um cartaz, brochuras e um postal.

A UMAR realiza, ainda, um Tribunal de Opinião, no Centro de Estudos Judiciários sobre “Família e Direitos das Mulheres”.

De realçar que, no início da década de 1990, é a UMAR que se insurge contra uma peritagem no Instituto de Medicina Legal a mulheres acusadas de abortar clandestinamente. O processo tinha sido instaurado pela polícia judiciária, através da apreensão da agenda de uma parteira na rua da Bica, onde constava o nome de 1200 mulheres¹³.

É nesta sequência que se realiza um debate na associação “Abril” sobre o tema e se forma um grupo de trabalho na APF, que veio dar origem à Plataforma Direito de Optar. A UMAR participa também, em 1994, no seminário: “Dez anos depois, a situação do aborto em Portugal” reali-

⁹ Os projectos anteriores foram também subsidiados por programas no âmbito do Fundo Social Europeu.

¹⁰ Iniciativa NOW – Novas Oportunidades para Mulheres – programa da Comissão Europeia.

¹¹ Este livro tem duas edições, em 1998 e em 1999.

¹² A UMAR tem participado em todas as MANIFESTAS: 1994, em Santarém; 1996, em Tondela; 1998, em Amarante; 2001, em Tavira; 2003, em Serpa.

¹³ Comunicado da UMAR publicado no *Diário de Lisboa* de 26 de Setembro de 1990.

zado no Instituto Franco Português, que teve um papel muito importante no quebrar dos silêncios sobre uma lei, aprovada em 1984, que continuava a lançar as mulheres para as malhas do aborto clandestino.

A Conferência de Pequim sobre Direitos das Mulheres acontece em Setembro de 1995 e a UMAR realiza um conjunto de debates sobre a Conferência, na medida em que a sua representante no Conselho Consultivo da CIDM, que era também membro do Lobby Europeu de Mulheres, tinha feito parte da delegação de portuguesas a essa conferência¹⁴.

5.ª Fase – Uma agenda feminista de novas e “velhas” lutas (1997/2003)

A realização do Seminário “Movimento Feminista em Portugal” em Dezembro de 1998, no Montepio Geral, em Lisboa, marcou esta fase da vida da UMAR.

Já no ano anterior, em 1997, a actividade da UMAR tinha sido muito intensa em torno de uma “velha” luta ainda não resolvida em Portugal: a legalização do aborto a pedido da mulher, até às 12 semanas de gravidez. Podemos assim, destacar:

- o lançamento da linha SOS-Aborto que recolheu dezenas de depoimentos de mulheres de todo o país sobre as suas situações de aborto; entrega no Parlamento de um dossier com depoimentos desta linha;
- conferência de Imprensa sobre a morte de uma mulher, do Bairro de Aldoar do Porto, vítima de aborto: – Liseta Moreira que morreu no dia 8 de Março de 1997, alguns dias depois do Parlamento ter recusado, pela diferença de um voto, um projecto de lei da JS de despenalização do aborto;
- lançamento da Declaração “Juntas pela Dignidade” subscrita por mulheres de renome em contraponto ao congresso dos “Juntos pela Vida”.

A UMAR participou também no Movimento “Sim pela Tolerância”, na altura do referendo e publicou duas edições de um livro de contributos para a “História do movimento pelo aborto e contracepção em Portugal” (1997 e 1998).

Outra grande área de intervenção da UMAR, neste período é o da **violência contra as mulheres**. Destaca-se:

- o projecto na Região Autónoma dos Açores de uma Linha SOS-

¹⁴ A representante da UMAR na CIDM era, nessa altura, Manuela Tavares.

- Mulher¹⁵ e a abertura de gabinetes de atendimento a mulheres vítimas de violência em três ilhas: S. Miguel, Terceira e Faial;
- a Linha azul “Solidariedade Mulheres” com apoio psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência¹⁶;
- o protocolo com a Secretaria de Estado para a Igualdade para a abertura de uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência em funcionamento desde o início de 2003;
- acções de pesquisa e formação na área da violência doméstica;
- participação no seminário promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia com uma comunicação sobre o tema, assim como noutros seminários a pedido de autarquias e outras entidades;
- participação de activistas da UMAR na acção simbólica contra a violência doméstica realizada a 8 de Março de 2003 no Largo de Camões.

A UMAR participou também, na Assembleia da República, em audições públicas sobre a “Violência como crime público” tendo dado o seu parecer favorável¹⁷.

Outra grande área de intervenção, de matiz inovador e de reforço de uma agenda feminista para os tempos actuais, foi a participação, desde o primeiro momento, na preparação da Marcha Mundial de Mulheres¹⁸.

A UMAR que já trabalhava em parceria com associações de mulheres de outros países, no desenvolvimento dos seus projectos de intervenção, integra, desta vez, um movimento mundial plural, que tem na sua origem¹⁹ uma visão feminista do mundo e da luta das mulheres. Destaca-se assim:

- a participação da UMAR na Marcha Mundial de Mulheres em Bruxelas e Nova Iorque;
- a participação na Plataforma Nacional da Marcha Mundial de Mulheres e a organização de um troço bem colorido e feminista na manifestação de Lisboa com o lema: “Se as mulheres param, o mundo pára”;

¹⁵ Este projecto é financiado pelo governo regional.

¹⁶ Este projecto é suportado pela associação.

¹⁷ Participou também em outras audições sobre “Unões de facto” e “Lei das Associações de Mulheres”.

¹⁸ A presidente da UMAR, Helena Pinto, deslocou-se à primeira reunião preparatória no Canadá.

¹⁹ Federação das Mulheres do Quebec.

- edição de uma brochura sobre a Marcha Mundial de Mulheres divulgada em sessão, na Livraria Bulhosa;
- realização de debate sobre Mulheres e Globalização com uma comunicação da professora Lígia Amâncio. Divulgação da brochura “Ser Feminista é outro mundo também” e de um *slide-show* sobre a Marcha Mundial de Mulheres em Nova Iorque;
- participação de uma delegação da UMAR no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e nas actividades da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social;
- participação, em Março de 2003, numa reunião internacional da Marcha Mundial de Mulheres na Índia e em reuniões europeias;
- criação com outras associações da Rede Feminista da Marcha Mundial de Mulheres em Portugal (Rede Lilás)²⁰.

É, ainda, deste período, a realização dos seguintes seminários: “Igualdade, o nosso compromisso” sobre as políticas de mainstreaming em parceria com a Fundación Mujeres, de Madrid e com o projecto Hera-2001; “Mulheres e exclusão social”, em Ponta Delgada.

Dois projectos de intervenção junto das mulheres da área do Plano Integrado de Almada surgem também nesta fase de vida associação:

- Projecto VIRAR – Formação Profissional de mulheres desempregadas na área de Serviços de Proximidade e criação de um Centro de Recursos (1997/99);
- Projecto IÂ-IÔ – Integração-Autonomia-Igualdade de Oportunidades, no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza (2000/03).

De realçar, ainda, as seguintes publicações para além das que já foram citadas:

- livro “Igualdade de Oportunidades entre rapazes e raparigas em contexto de ensino aprendizagem” – 2 volumes e duas edições (1999 e 2000);
- brochura “O acesso à Justiça e o Direito de Queixa” (Elisabete Brasil, 1999).

²⁰ Na reunião de formação desta Rede Feminista realizada a 16 de Março de 2003, em Coimbra, estiveram presentes mulheres das seguintes associações: APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Associação “Não te Prives”, Acção Jovem para a Paz, Clube Safo, GRAAL, ILGA, Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e UMAR.

Para reflectir sobre esta Agenda Feminista de novas e “velhas” lutas que caracteriza esta fase da UMAR, a associação decidiu realizar no Porto, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, um segundo seminário sobre “Os feminismos no nosso tempo” com três painéis: Violência contra as Mulheres, Mulheres e Globalização, e Aborto – um direito, uma escolha, com o envolvimento de activistas feministas e investigadoras, procurando reflectir sobre novos trabalhos e novos estilos de intervenção. Este seminário teve o apoio da APEM – Associação de Estudos sobre as Mulheres.

Não tendo quaisquer pretensões de pioneirismos que são sempre limitativos de um trabalho conjunto e em rede que caracteriza a intervenção feminista, a UMAR tem tido a preocupação de ligar as activistas feministas à investigação que se produz hoje em diversas universidades: é o caso de Faces de Eva, na Universidade Nova de Lisboa, do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, do trabalho de associações de Estudos sobre as Mulheres, como a APEM, ou ainda de diversas investigações em curso na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, da Universidade do Minho, no ISCTE, em Lisboa, no CES da Universidade de Coimbra ou em Centros de Estudos como o CESIS.

Esta é uma tarefa só possível com a colaboração de um conjunto de investigadoras que há muito assumiram os Estudos sobre as Mulheres como a afirmação de um espaço ainda a conquistar nas nossas universidades.

A UMAR consegue, hoje, fazer a ponte entre uma nova geração de mulheres e todas aquelas que viveram intensamente os movimentos de mulheres dos anos 70, num intercâmbio de ideias e experiências capaz de estabelecer os elos entre gerações, fundamentais para que a memória histórica não se venha a perder, mas que permita avanços no quadro de novos tempos e de novas posturas sobre os feminismos. É assim que da sua direcção fazem parte: Helena Pinto, presidente, Maria José Magalhães, Almerinda Bento, Andreia Peniche, Elisabete Brasil, Carmo Marques, Inês Godinho, Maria José Ganhão, Clárisse Canha, Sandra Aguiar, Teresa Almeida, Rosa Pires e Conceição Pereira. Da mesa da Assembleia Geral, Ana Sara Brito, Manuela Tavares e Sara Sarroeira. Os contactos com a UMAR podem ser feitos para a sua sede nacional: R. de S. Lázaro, 111, 1.º, 1150-330-Lisboa; Tel.: 21 8867096, Fax: 21 8884086 ou umarpt@netcabo.pt.

Em jeito de conclusão eis um excerto do programa da UMAR que caracteriza bem a associação:

“A UMAR é uma associação:

Que vive intensamente as grandes causas da luta das mulheres

Que incentiva e promove a participação de mais mulheres

Que se reclama de um feminismo que impulse a consciência activa das mulheres

Que diz Sim às mulheres que a ela recorrem, que aspiram a romper amarras a ter direito à sua realização pessoal, profissional e social

Que diz Sim à igualdade de direitos e à participação paritária das mulheres em todas as esferas de decisão”.

ENTREVISTAS

